

Teles regionais planejam disputar o leilão de 5G

Operadoras são 40% do mercado nacional de banda larga - fatia dobra em três anos

Por Ivone Santana — De São Paulo

03/02/2021 05h01 · Atualizado há 7 horas



Luiz Henrique Silva: incentivo à concorrência e obrigações proporcionais — Foto: Claudio Belli/Valor

Cerca de dez operadoras regionais de telecomunicações, denominadas “competitivas”, poderão disputar blocos de frequência para serviços móveis de quinta geração (5G) no leilão que está sendo preparado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). As empresas já vinham falando com a Anatel, mostrando seus planos de negócios, que estão sendo validados. A afirmação é de Luiz Henrique Barbosa da Silva, 41 anos, o novo presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp), que representa o setor, sem revelar nomes. Silva substitui João Moura, que encerrou seu mandato.

As operadoras regionais ocupam cada vez mais espaço no mercado brasileiro, muitas vezes preenchendo lacunas deixadas pelas teles nacionais. Em 2017, as regionais representavam 21% do mercado total de banda larga fixa, em 2020 passaram a 40,7% de um total de 36 milhões de conexões, segundo dados Anatel. Na opinião de Silva, ainda há espaço para essa fatia ultrapassar 50%.

Lance mais alto

Leilão de licenças 5G, será o maior já realizado pela da Anatel, com a oferta de 3.710 MHz

Faixas	Oferta (MGHz)	Lotes*	Velocidade	Cobertura	Aplicações
700 MHz	20	1 nacional (10+10 MHz)	100 Mbps	Até 20 km	Lançado para o 4G, mas compatível com 5G e aplicações IoT. Possui sinal de amplo alcance
2,3 MHz	90	16 regionais	500 Mbps	Até 1 km	Usado no 4G, mas tende a atender demanda por 5G em áreas urbanas
3,5 GHz	400	4 nacionais e 8 regionais	1 Gbps	Até 500 m	Oferta de 5G para usuários finais (smartphones) e para a Indústria 4.0
26 GHz	3.200	5 nacionais e 21 regionais	1 Gbps	Até 1 km (s/ mobilidade)	Alta velocidade, mas com mobilidade restrita. Potencial para cliente residencial e corporativo

Fonte: Conecta Brasil e Anatel. (*) Ofertas da 3ª rodada da licitação

O presidente do conselho da TelComp e CEO da Datora Telecom/Arqia, Tomas Fuchs, lembra que na tecnologia por fibra óptica, o setor ainda é maior, detém 62,4% do mercado de pouco mais de 16 milhões de conexões.

Depois de crescerem desordenadamente por todo o país, essas empresas passaram a se estruturar e chamaram a atenção de investidores, o que fortaleceu o movimento de fusões e aquisições, que segue em curso. Mas os gestores querem mais. Começam a transformar as empresas de telecomunicações em negócios de tecnologia, seguindo os passos das teles nacionais, e ambicionam licenças de 5G, inclusive no futuro mercado secundário de espectro.

Os gestores de algumas dessas empresas sinalizavam há mais de um ano que planejavam o futuro de suas companhias com 5G. É o caso da Americanet, que em outubro do ano passado testava a tecnologia de nova geração em Pindamonhangaba (SP). A Americanet conta com dois fundos de private equity, o Invest Tech e o Warburg Pincus. Em seu site, a operadora informa que possui cobertura 4G nacional, com presença nas principais capitais, e 21 mil km de fibra.

“É impossível imaginar ficar fora do 5G”, disse João Roberto Nogueira, presidente da Brisanet, ao **Valor**, em setembro. Com sede em Fortaleza (CE), a Brisanet atua em quatro Estados, tem mais de 40 mil km de fibras e oferece todos os serviços de telecomunicações.

O grupo Datora Telecom/Arqia, voltado a MVNO e comunicação entre máquinas (M2M), também pretende participar do leilão, confirma Fuchs.

A mineira Algar demonstrou seu interesse em 5G, inclusive lutando para que a Anatel contemplasse as empresas menores no certame. Maior entre as regionais, é também concessionária de telefonia fixa.

Outros provedores regionais são cotados como capazes de disputar o leilão, como a Triple Play, controlada pela gestora de private equity Acon Investments. Na lista também estão a Sercomtel, de Londrina (PR), comprada em outubro do ano passado pelo Bordeaux Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia, do empresário Nelson Tanure; a EB Fibra, do fundo EB Capital; e a Um Telecom, que possui uma rede com 16 mil km de fibra que se estende por cinco Estados do Nordeste, além de conexões de cabos submarinos de Fortaleza ao Rio de Janeiro e a São Paulo.

Para uma fonte do setor, 5G requer uma proposta muito arrojada “para fazer parar em pé”. Os investimentos são de longo prazo e as regionais terão de disputar mercado em 5G com as três teles já estabelecidas (Vivo, Claro e TIM) com enorme vantagem competitiva. Para essa fonte, é preciso ter cautela.

Mas para o presidente da TelComp, um economista há 13 anos no setor, egresso da Lumen Technologies, a proposta de edital apresentada na segunda-feira pela Anatel incentiva a concorrência. Ele estacou o fato de o leilão não ser arrecadatário e a divisão dos blocos contemplar as operadoras regionais, que terão obrigações proporcionais ao seu tamanho. Silva diz que tem muita gente olhando a oportunidade e que analistas de bancos nacionais e estrangeiros passaram a acompanhar o setor de perto.

Análise no TCU deverá ser feita em 60 dias

Tempo previsto anteriormente era de de 150 dias

Por Rafael Bitencourt — De Brasília

03/02/2021 05h01 · Atualizado há 7 horas



O ministro das Comunicações, Fábio Faria, informou que o Tribunal de Contas da União (TCU) sinalizou que vai reduzir o tempo de análise da licitação de vendas de licenças da quinta geração da telefonia móvel (5G) de 150 para 60 dias. “Economizaremos aí 90 dias para adiantarmos o processo”, disse o ministro, em pronunciamento no Palácio do Planalto sobre a visita a cinco países que atuam no desenvolvimento da tecnologia.

Faria disse que três ministros do TCU vão integrar a comitiva do governo, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Walton Alencar. Anteontem, durante a análise do edital do leilão pelo comando da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a diretoria fez um cumprimento ao ministro do TCU, Raimundo Carreiro, que assistia à reunião transmitida pela internet para acompanhar a discussão travada pela liderança da agência.

A delegação formada por técnicos e autoridades do governo brasileiro tinha partida prevista para ontem para a viagem que inclui visita a Suécia, Finlândia, Coreia do Sul, Japão e China. A volta está programada para o dia 13.

“Vamos visitar todas as empresas e conversar com todos os CEOs e ter reuniões com os ministros das telecomunicações e de infraestrutura desses países”, afirmou Faria.

O governo e a Anatel têm a expectativa de publicar o edital e realizar o leilão até o fim do primeiro semestre.

Portaria pode prejudicar a Huawei

No entender de integrantes do governo de Jair Bolsonaro, as operadoras que vencerem a disputa pelas licenças da faixa de 3,5 GHz não poderão comprar equipamentos da chinesa

Por **Rafael Bitencourt** — De São Paulo

03/02/2021 05h01 · Atualizado há 7 horas



Faria, ministro das Comunicações: "Requisitos de governança corporativa" — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, reforçou ontem, que a rede privativa de uso exclusivo da administração federal - a ser bancada pelos vencedores do leilão de licenças de 3,5 GHz da tecnologia de quinta geração (5G) - somente contará com a participação de empresas privadas que respeitem as regras de governança adotadas pelo mercado de capitais no Brasil.

Isso significa, no entender de integrantes do governo de Jair Bolsonaro, que as operadoras que vencerem a disputa pelas licenças da faixa de 3,5 GHz não poderão comprar equipamentos da chinesa Huawei. Serão leiloadas quatro licenças nacionais e oito regionais nessa faixa - a mais cobiçada do leilão.

Os vencedores das demais faixas estão liberados para comprar equipamentos da Huawei. A barreira aos chineses foi defendida abertamente pelo filho do presidente Jair Bolsonaro, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), inspirado na decisão do governo do ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump de bloquear os fornecedores chineses para se proteger de suposta prática de espionagem comandada por Pequim.

"Atendendo a diretrizes do governo Bolsonaro nós criamos essa rede que deve ter requisitos de governança corporativa exigidos no mercado acionário brasileiro", disse Faria, ontem no Palácio do Planalto.

A possibilidade de recorrer às regras impostas às empresas de capital aberto, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), já havia sido considerada quando o governo cogitou publicar um decreto para impedir a compra de equipamentos da Huawei. Na avaliação de integrantes do governo, a companhia chinesa é a única entre as concorrentes diretas - Ericsson e Nokia - que não atende aos requisitos de transparência e compliance já cumpridos por grandes grupos com ações em bolsa.

A exigência mencionada pelo ministro foi publicada na última sexta-feira, com a Portaria 1.924/20 assinada por ele mesmo. O texto indica que, para cumprir os "requisitos mínimos de segurança", a rede privativa deve contar com funcionalidades de criptografia e utilizar "equipamentos projetados, desenvolvidos, fabricados ou fornecidos por empresas que observem padrões de governança corporativa compatíveis com os exigidos no mercado acionário brasileiro".

A portaria ministerial foi bem recebida pelo comando da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que temia os efeitos da ampla restrição à Huawei. Integrantes da agência, ouvidos pelo **Valor**, consideram que o mercado brasileiro poderia ter sua imagem arranhada por um gesto de intervenção estatal que resultaria em perdas financeiras para as teles e aumento de custo para os usuários finais, além do risco de investimentos serem prejudicados por contestações na Justiça.

Para Faria, o apoio da Anatel à solução proposta pelo ministério ficou claro na discussão de ontem sobre o edital, quando três diretores manifestaram voto pela inclusão dessa obrigação nas regras do leilão. Segundo o ministro, o presidente da agência, Leonardo Euler de Moraes, apesar de não ter votado, já teria declarado apoio à iniciativa.

Resolvida a questão em torno da Huawei, Faria ainda precisou dar explicações sobre quem vai assumir a operação da rede privativa do governo. Desde a publicação da portaria, o ministério é criticado por trazer a Telebras novamente para o jogo. Isso porque a estatal figura na lista de bens a serem transferidos à iniciativa privada e, mesmo assim, continuaria como responsável por operar toda a infraestrutura de rede do governo federal - a regra foi criada em decreto do ex-presidente Michel Temer.

Ontem, Faria chegou a dizer, por meio de nota oficial, que o ministério está "alinhado com a política econômica do governo". Parte do recado foi reiterada hoje: "A escolha do operador da rede privativa será feita com base em critérios de técnica e preço. Se houver necessidade, nós, governo federal, faremos até a alteração no decreto, porque quem vai administrar, vai operar, pode ser uma rede privada que atenda a todos os requisitos".

Embora a discussão sobre a vulnerabilidade das redes 5G tenha sido incorporada pelo governo Bolsonaro em busca de alinhamento com a gestão Trump, as respostas mais contundentes contra ameaças de espionagem surgiram ironicamente para proteger as autoridades brasileiras de investidas do serviço secreto americano.

Em 2013, ao saber que foi alvo de espionagem feita pela Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA), conforme denúncia do ex-agente Edward Snowden, a então presidente Dilma Rousseff deu o aval a uma série de medidas para aumentar a segurança na comunicação de governo. Na época, surgiu, por exemplo, a ideia de lançar o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), operado atualmente pelo Exército e pela Telebras.